



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681206 - RS (2021/0225269-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : RONALDO CAMILO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : RONALDO CAMILO - PR026216  
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619  
KELLY CRISTINE SOARES DE OLIVEIRA - PR088975  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : LUIZ CARLOS BETIOL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ CARLOS BETIOL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5021695-38.2021.4.04.0000).

O paciente teve a prisão preventiva decretada em razão do descumprimento de medida cautelar diversa, mormente "em razão da não observância reiterada do perímetro estabelecido na tornozeleira eletrônica" (fl. 90).

Os impetrantes sustentam que, "mesmo estando comprovado o direito de o paciente RESPONDER E RECORRER DO PROCESSO EM LIBERDADE SEM MONITORAÇÃO, foi denegada a Ordem de habeas Corpus, pelo Tribunal Regional da 4ª Região, estando evidente que a prisão é ilegal, pois, o paciente tem advogado constituído nos autos, e o processo ainda não foi julgado, SEQUER O INQUÉRITO FOI CONCLUÍDO" (fl. 22).

Argumentam que se evidencia "a coação ilegal pela inexistência de justa causa para a manutenção da medida cautelar de monitoração eletrônica, devendo a mesma ser revogada" (fl. 52).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam fixadas medidas cautelares diversas e sem monitoramento eletrônico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Cumpre destacar que a questão análoga à alegação de ilegalidade do monitoramento eletrônico já está em análise no HC n. 663.539/RS, onde o Ministro Sebastião Reis Júnior indeferiu o pleito liminar, circunstância que orienta esta Presidência ao mesmo desfecho.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente